



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto Estadual de Florestas

URFBio Centro Oeste - Núcleo de Apoio Regional de Oliveira

Parecer nº 2/IEF/NAR OLIVEIRA/2024

PROCESSO Nº 2100.01.0054087/2022-92

## PARECER ÚNICO

### 1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

|  |                                     |
|--|-------------------------------------|
| Nome: <b>Companhia Tecidos Santanense</b>        | CPF/CNPJ: <b>21.255.567/0002-60</b> |
| Endereço: <b>Fazenda Capoutos e Santanense</b>   | Bairro: <b>Santanense</b>           |
| Município: <b>Itaúna/MG</b>                      | UF: <b>MG</b>                       |
| Telefone: <b>(31) 2129-9829</b>                  | CEP: <b>35.681-184</b>              |
| E-mail: <b>danilo.teixeira@santanense.com.br</b> |                                     |

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

( ) Sim, ir para o item 3 ( x ) Não, ir para o item 2

### 2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

|  |                                     |
|--|-------------------------------------|
| Nome: <b>Santanense Empreendimentos Imobiliários</b>   | CPF/CNPJ: <b>17.749.864/0001-03</b> |
| Endereço: <b>Rua dos Aimorés, 981, andar 2º parte;</b> | Bairro: <b>Funcionários</b>         |
| Município: <b>Belo Horizonte</b>                       | UF: <b>MG</b>                       |
| Telefone: <b>(37) 3249 -1479</b>                       | CEP: <b>30.140-071</b>              |
| E-mail: <b>danilo.teixeira@santanense.com.br</b>       |                                     |

### 3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

|   |                                   |
|---|-----------------------------------|
| Denominação: <b>Fazenda Capoutos e Santanense</b> | Área Total (ha): <b>154,50 ha</b> |
| Registro nº (se houver mais de um, citar todos):  | Município/UF: <b>Itaúna/MG</b>    |

Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR):

**MG-3133808-211DD2E459EA4B69B67619D2086BC9D1**

**MG-3133808-CADC3BC38A6B48E4B3E0B4C1E2858DAB**

**MG-3133808-1DBF9E05759C450799686D3643ABB4EE**

### 4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

| Tipo de Intervenção   | Quantidade  | Unidade   |
|---|-------------|-----------|
| <b>Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP</b> | <b>0,22</b> | <b>ha</b> |

### 5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

| Tipo de Intervenção   | Quantidade  | Unidade   | Fuso       | Coordenadas planas<br>(usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000) |                |
|---|-------------|-----------|------------|---|----------------|
|   |             |           |            | X   | Y              |
| <b>Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP</b> | <b>0,22</b> | <b>ha</b> | <b>23K</b> | <b>541318</b>   | <b>7780687</b> |

|   |                                  |  |           |            |         |
|---|----------------------------------|--|-----------|------------|---------|
|   |                                  |  |           |            |         |
| 6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA   |                                  |  |           |            |         |
| Uso a ser dado a área   |                                  | Especificação                          |           | Área (ha)  |         |
| Outros  |                                  |  |           | 0,22       |         |
|   |                                  |  |           |            |         |
| 7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL |                                  |  |           |            |         |
| Bioma/Transição entre Biomas  | Fisionomia/Transição             | Estágio Sucessional<br>(quando couber) | Área (ha) |            |         |
| Mata Atlântica  | área antropizada e sem supressão |  | 0,22      |            |         |
|   |                                  |  |           |            |         |
| 8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO                                    |                                  |  |           |            |         |
| Produto/Subproduto  |                                  | Especificação                          |           | Quantidade | Unidade |
| XXXX  |                                  |  |           |            |         |
|   |                                  |  |           |            |         |

## 1. HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo: 22 de maio de 2023

Data da vistoria: vistoria remota 05/01/2023

Data de solicitação de informações complementares: [se for o caso]

Data do recebimento de informações complementares: [se for o caso]

Data de emissão do parecer técnico: 05/01/2023

Conforme protocolo 2100.01.0030523/2022-97 foi informada intervenção ambiental emergencial na data de 08/07/2022. O protocolo foi recebido na unidade correspondente na data de 13 de julho de 2022 conforme ofício 145 (49642488). No dia 29/09/2022 foi protocolado o pedido de processo para fins de regularização 2100.01.0043974/2022-88 que não foi aceito para protocolo devido a falha em documentação, sendo encaminhado ofício solicitando novo protocolo e na data de 18/11/2022 foi apresentado novo pedido 2100.01.0054087/2022-92 que foi aceito para protocolo em 22 de maio de 2023.

## 2. OBJETIVO

Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente - APP com a finalidade de regularização de comunicação de intervenção ambiental emergencial no imóvel Fazenda Capoutos e Santanense.

## 3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENDIMENTO

### 3.1 Imóvel rural:

O empreendimento está enquadrado na atividade de barragem de acumulação de água para abastecimento público, industrial e na mineração ou para perenização (E-03-01-8) no município Itaúna/MG. Conforme recibo do CAR trata-se de empreendimento envolvendo três imóveis com áreas de 0,73 Módulos Fiscais, 3,0328 Módulos Fiscais, 3,9353 Módulos Fiscais.

### 3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3133808-1DBF9E05759C450799686D3643ABB4EE,

MG-3133808-211D.D2E4.59EA.4B69.B676.19D2.086B.C9D1,  
CADC.3BC3.8A6B.48E4.B3E0.B4C1.E285.8DAB

MG-3133808-

- Área total: 14,6569 hectares, 60,6559 hectares, 78,7061 hectares

- Área de reserva legal: 2,9940 hectares, 15,6909 hectares, 15,9627 hectares

- Área de preservação permanente: 4,6350 hectares, 5,8926 hectares, 00

- Área de uso antrópico consolidado: 10,9302 hectares, 58,0555 hectares, 60,1924 hectares

- Qual a situação da área de reserva legal:

- ( ) A área está preservada
- ( ) A área está em recuperação
- ( ) A área deverá ser recuperada

- Formalização da reserva legal:

- ( ) Proposta no CAR ( ) Averbada ( ) Aprovada e não averbada

- Número do documento:

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

- ( x ) Dentro do próprio imóvel
- ( ) Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade
- ( ) Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal:

- Parecer sobre o CAR:

Conforme legislação atual não é necessário parecer sobre o CAR em casos de intervenção ambiental sem supressão de vegetação nativa.

#### **4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA**

A intervenção ambiental já ocorreu em caráter emergencial, sem supressão de vegetação nativa em área de 0,22 hectare com finalidade de limpeza e recuperação estrutural do barramento dos Capoutos, para evitar risco a integridade da flora, fauna e população.

Taxa de Expediente: R\$734,63

##### **4.1 Das eventuais restrições ambientais:**

- Vulnerabilidade natural: não se aplica
- Prioridade para conservação da flora: não se aplica
- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: não se aplica
- Unidade de conservação: não há
- Áreas indígenas ou quilombolas: não há
- Outras restrições: não se aplica

##### **4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:**

- Atividades desenvolvidas: **E-03-01-8**
- Atividades licenciadas:
- Classe do empreendimento:
- Critério locacional: 0
- Modalidade de licenciamento: *não passível*
- Número do documento: **2022.06.01.003.0004460**

##### **4.3 Vistoria realizada:**

Foi realizada vistoria remota com auxílio de imagens de satélite sem prejuízo para a decisão do processo considerando que não houve supressão de vegetação nativa e a intervenção já foi realizada devido ao caráter emergencial.

#### 4.3.1 Características físicas:

- Topografia: plano ou suave ondulado

- Solo: Argissolos Vermelhos-Amarelos e Neossolo Litólico

- Hidrografia: Ribeirão dos Campos ou dos Lopes, (rio Pará) Bacia Hidrográfica do rio São Francisco.

#### 4.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: bioma mata atlântica

- Fauna: indicada através de dados secundários no PIA. Espécies com características generalistas, típicas de indivíduos adaptados às alterações antrópicas dos ambientes.

**4.4 Alternativa técnica e locacional:** considerando que trata-se de intervenção ambiental emergencial em barramento pré existente não há alternativa técnica locacional.

### **5. ANÁLISE TÉCNICA**

Considerando os protocolos 2100.01.0043974/2022-88, 2100.01.0054087/2022-92, entende-se que a providência em relação ao comunicado de intervenção emergencial foi tempestiva e atendeu ao disposto no Decreto 47.749/19, a considerar o artigo 36:

*‘Art. 36. Será admitida a intervenção ambiental nos casos emergenciais, mediante comunicação prévia e formal ao órgão ambiental, ressalvadas as situações dispensadas de autorização.*

*§ 1º Consideram-se casos emergenciais o risco iminente de degradação ambiental, especialmente da flora e fauna, bem como da integridade física de pessoas e aqueles que possam comprometer os serviços públicos de abastecimento, saneamento, infraestrutura de transporte e de energia.*

*§ 2º O comunicante da intervenção ambiental em caráter emergencial deverá formalizar o processo de regularização ambiental em, no máximo, noventa dias, contados da data da realização da comunicação a que se refere o caput.*

*§ 3º Nos casos em que não for constatado o caráter emergencial da intervenção ou na ausência de formalização do processo para regularização da intervenção ambiental no prazo estabelecido no parágrafo anterior, serão aplicadas as sanções administrativas cabíveis ao responsável e o fato será comunicado ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais - MPMG.’*

Conforme Projeto de Intervenção Ambiental Simplificado – PIA, objetivo do presente processo é regularizar as intervenções ambientais que foram realizadas em caráter emergencial na área de preservação permanente do Ribeirão dos Campos ou dos Lopes, para limpeza e recuperação estrutural do barramento dos Capoutos, na qual perfaz 0,2242 hectares.

O Projeto informa que para execução das obras de reparação dos danos, *‘serão utilizadas exclusivamente as vias de acesso já existentes no empreendimento, em área de preservação permanente com o uso do solo já alterado e sem a necessidade de supressão de vegetação nativa, perfazendo uma área total de intervenção de 0,2242 hectares.’*

E ainda conforme o projeto a limpeza e recuperação estrutural do barramento dos Capoutos, foi considerando necessária porque a área recebeu muito material orgânico no período chuvoso com riscos de degradação dos recursos hídricos, à saúde, à segurança da população, assim como danos materiais ou ambientais.

A medida compensatória será na própria área de preservação permanente do barramento dentro da Fazenda Capoutos e Santanense através de restauração florestal de área de 0,30 hectare. O PRADA apresentado ao processo deve ser integralmente cumprido e a requerente e responsável pela intervenção deverá apresentar relatório fotográfico comprovando a

adoção inicial das medidas conforme cronograma apresentado no quadro condicionantes deste processo.

Diante do exposto, sugere-se o deferimento de regularização da intervenção ambiental ocorrida em caráter emergencial conforme o protocolo 2100.01.0030523/2022-97 no imóvel no município de Itaúna, Fazenda Capoutos e Santanense da empresa Santanense Empreendimentos Imobiliários, sob responsabilidade da Companhia Tecidos Santanense.

### 5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Não citados considerando que a intervenção ambiental já ocorreu conforme comunicado de intervenção emergencial.

## 6. CONTROLE PROCESSUAL

*[Espaço destinado para o controle processual do processo.]*

*Fica dispensado, a critério do supervisor, o controle processual para os seguintes processos de intervenção ambiental:*

- *Todos os processos de corte de árvores isoladas;*
- *Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa, em Áreas de Preservação Permanente – APP;*
- *Aproveitamento de material lenhoso.*

## 7. CONCLUSÃO

“Após análise técnica e controle processual das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo **DEFERIMENTO** do requerimento de **Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP em caráter de regularização de intervenção emergencial**, área de 0,22 ha, localizada na propriedade **Fazenda Capoutos e Santanense**.

Área de intervenção demarcada conforme arquivo SEI 56424552

## 8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

*“Executar o Projeto Técnico de Recuperação da Flora – PTRF – apresentado anexo ao processo, em área de 0,30\_ ha, tendo como coordenadas de referência lat 20° 4'11.74"S long 44°36'18.19"O, na modalidade plantio e enriquecimento, nos prazos estabelecidos no quadro de condicionantes.”*

Cumprir o PRADA SEI 56424562.

### 8.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes: não se aplica

## 9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

- ( ) Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal
- ( ) Formação de florestas, próprias ou fomentadas
- ( ) Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

## 10. CONDICIONANTES

**Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental**

| Item | Descrição da Condicionante   | Prazo*   |
|------|--|--|
| 1    | Apresentar relatório após a implantação do projeto indicando as espécies e o número de mudas plantadas, tratos silviculturais adotados e demais informações pertinentes. Acrescentar anexo fotográfico. Caso o responsável técnico pela execução do PTRF seja diferente do responsável técnico pela elaboração do mesmo, apresentar junto a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART. | 6 meses a contar da data de assinatura do AIA. |
| 2    | Apresentar relatórios anuais com anexo fotográfico para avaliação da situação do plantio. Informar quais os tratos silviculturais adotados no período e a necessidade de intervenção no plantio.   | Anualmente até conclusão do projeto            |

*\* Salvo especificações, os prazos são contados a par tir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.*

## INSTÂNCIA DECISÓRIA

( ) COPAM / URC ( x ) SUPERVISÃO REGIONAL

### RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: **Sirlene Aparecida de Souza**

MA SP: **1.045.122-7**

### RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome:

MA SP:



Documento assinado eletronicamente por **Sirlene Aparecida de Souza**, Servidora Pública, em 05/01/2024, às 14:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **79967842** e o código CRC **24762F0B**.